



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13898 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

ENTREGUE A POLÍTICA EDUCACIONAL À FUNDAÇÃO LEMANN E GANHE UM KIT DE CONSULTORIA TOTALMENTE GRATUITO: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM GUARULHOS/SP (2017-2020)

Edvaldo dos Reis Oliveira Filho - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

ENTREGUE A POLÍTICA EDUCACIONAL À FUNDAÇÃO LEMANN E GANHE UM KIT DE CONSULTORIA TOTALMENTE GRATUITO: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM GUARULHOS/SP (2017-2020)

Resumo: O presente trabalho discute parte da pesquisa que analisou a política de formação continuada (2001-2020) da Rede Municipal de Educação de Guarulhos/SP e tem como objetivo apresentar os principais resultados da política educacional implementada pelo Governo Guti durante o seu primeiro mandato (2017-2020). Para tanto, discute-se, brevemente, o processo de municipalização do Ensino Fundamental e a expansão da política educacional a partir de 2001. Por conseguinte, apresenta-se a parceria firmada com a Fundação Lemann, por meio do Programa Formar, mediante a qual foram sendo introduzidos mecanismos de controle sistemático do trabalho docente – como a institucionalização de avaliações externas e a oferta de cursos de formação continuada referenciados em uma perspectiva pragmática e gerencialista. Conclui-se que esse governo adotou uma política educacional focada predominantemente em resultados quantificáveis, entregando a soberania pedagógica à Lemann em troca de um kit de consultoria “totalmente gratuito”.

Palavras-chave: Guarulhos, Formação continuada docente, Fundação Lemann, Programa Formar

Há pelo menos duas décadas os diferentes governos que administraram o município de Guarulhos/SP atribuíram papel central à política de formação docente, ainda que esta tenha sido utilizada para fins diversos. Estudar o processo de implementação e consolidação dessas políticas, no período de 2001 a 2020, constituiu o principal objetivo da pesquisa que teve como *locus* a Rede Municipal de Educação de Guarulhos.

O presente texto que ora é trazido a público discute parte dessa pesquisa, que analisou os governos de Elói Pietá (2001-2008 – PT), Sebastião Almeida (2009-2016 – PT) e Gustavo Costa (2017-2020 – PSB), sob o ponto de vista da formação continuada do magistério, utilizando o materialismo histórico e dialético como método de pesquisa.

Partindo-se do entendimento de que o *concreto* resulta de uma síntese de múltiplas determinações (MARX, 2011), o estudo buscou analisar as políticas de formação continuada levando-se em consideração o complexo contexto que as produziu. Pensar a política de formação continuada, sob essa perspectiva, exigiu empreender um esforço epistemológico de discuti-la em sua *totalidade*, categoria esta que compreende a realidade “como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 35).

Para tanto, fez-se uma extensa pesquisa documental, utilizando fontes de diferentes origens, tipos e formatos, a fim de traçar um quadro amplo sobre o problema investigado, como documentos curriculares, leis, decretos, pareceres, portarias, ofícios, memorandos circulares, balanços de governo, atas de reuniões pedagógicas, contratos de fornecimento e de prestação de serviços, programas de governo de campanhas eleitorais, edital do *Programa Formar*.

Cabe assinalar que as fontes “estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (SAVIANI, 2004, p. 5). Elas são, enquanto registros e testemunhos dos atos históricos, a fonte do nosso conhecimento histórico.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a criação da Rede Municipal de Educação de Guarulhos é recente, pois o processo de municipalização do Ensino Fundamental iniciou-se em 1997. Porém, a expansão significativa da oferta de matrículas aconteceu a partir do primeiro mandato do Governo Elói Pietá (PT), quando houve um salto de 539 crianças matriculadas em 1999 para mais de 25 mil matrículas em 2003.

Concomitantemente a isso, foi implementado um conjunto de programas educacionais que contribuíram significativamente para a permanência dos educandos, como o transporte escolar, o programa de alimentação, o material e o uniforme escolares e a rede de apoio à inclusão (CARDOSO, 2006; MELLO, 2007).

A democratização do acesso e permanência e da gestão, a preocupação com a qualidade do ensino e com a valorização dos profissionais da educação foram as diretrizes que

estruturaram o Projeto Político-Pedagógico dessa rede, fundamentado na concepção de educação humanizadora, tributária da pedagogia freireana, e referenciado na qualidade social.

A partir de 2017, no entanto, após 16 anos de administração petista, este cenário mudou profundamente. Assim que tomou posse do seu primeiro mandato (2017-2020), o prefeito Gustavo Costa (até então do PSB) começou o “enxugamento da máquina pública”, a qual, segundo o seu Plano de Governo, encontrava-se “inchada, lenta e onerosa para a cidade”, sendo preciso racionalizar a “estrutura de governança, reduzindo drasticamente o número de secretarias e coordenadorias” (PSB, 2016, p. 6).

A área da educação foi diretamente impactada por essa proposta, e ao nomear o vice-prefeito, Alexandre Zeitune, como secretário de Educação, Cultura, Esportes, Recreação e Lazer, deu-se o primeiro passo que culminou na unificação da Secretaria de Educação (SE) às demais Pastas citadas – em 2018, porém, a SE foi recriada.

Naquele ano a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes, Recreação e Lazer (Secel) firmou a parceria com a Fundação Lemann, pertencente ao empresário Jorge Paulo Lemann, o qual em 2022 ocupava a primeira posição no *ranking* dos dez maiores bilionários do país, com patrimônio avaliado em mais de 16 bilhões de dólares. Essa parceria aconteceu por meio do *Programa Formar*, contava com apoio de outras instituições parceiras – Elos Educacional, Mathema, Instituto Avisa Lá, Porthema, Nova Escola e Sincroniza Educação – e atuava em duas grandes frentes: *Políticas Educacionais* e *Formação Continuada em Serviço*.

Em junho de 2017, durante uma audiência pública na Câmara Municipal de Guarulhos, o então secretário Alexandre Zeitune, ao criticar as consultorias pedagógicas contratadas pela gestão anterior, afirmou o seguinte:

Dentro desse processo de qualificação, nós cortamos todas as consultorias pedagógicas que davam por volta de R\$ 200 mil, e participamos de um edital público, feito pela Fundação Lemann, e fomos uma das cidades classificadas, uma das cinco cidades classificadas, e hoje trabalhamos com essa consultoria. Vale lembrar: totalmente gratuita. Totalmente gratuita. (GUARULHOS, 2017)

Cabe dizer que o interesse do capital pela escola pública não se restringe à mercadorização do ensino, pois “Mais que obter lucros imediatos com a prestação de serviços, interessa aos grandes grupos empresariais, tomar assento nas mesas que definem os rumos das políticas públicas” (SHIROMA, 2018, p. 102).

A partir da celebração desse acordo, o Governo Guti pôs em marcha as ações previstas no edital de seleção do *Programa Formar*, como a institucionalização de avaliações externas e a promoção de cursos alinhados à perspectiva gerencial.

Logo após a adesão, foi criado um sistema próprio de avaliação, inicialmente voltado a alunos dos 5º anos, focado nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como referência o trabalho com os descritores da Prova Brasil. Também em 2017 foi criado o *Programa Educa Mais*, mediante o qual as escolas poderiam optar por ampliar o período de permanência dos estudantes dos 5º anos. Em 2019 criou-se a *Avaliação em Rede*, com o

objetivo de avaliar as crianças de todos os anos do Ensino Fundamental, e estendeu-se o Educa Mais aos estudantes dos 3º e 4º anos.

Embora o Educa Mais tenha potencial para contribuir com a melhoria da qualidade do ensino, a proposta pedagógica que o orientava voltava-se ao desenvolvimento de atividades de Língua Portuguesa e de Matemática – sendo que a Secel definia os descritores a serem trabalhados semanalmente –, por meio das quais os educandos eram treinados para as avaliações externas.

Sobre a Avaliação em Rede, a SE afirma que ela se configura como uma avaliação externa, que tem como característica o emprego de provas padronizadas “para que seja obtida a interpretação dos resultados para efetuar comparação entre escolas e turmas de uma mesma unidade escolar para subsidiar tomada de decisões para o Plano de Ação/Programação do PPP e definir políticas públicas” (GUARULHOS, 2019, p. 1).

Shiroma (2018) destaca que a adoção de políticas de *accountability*, como é o caso da Avaliação em Rede, e a ideia de publicitar as diferenças no nível de desempenho, é uma necessidade imposta pela agenda do Banco Mundial, que busca responsabilizar escolas e professores pelos resultados das avaliações, aplicando-se recompensas ou sanções em função do desempenho alcançado. No passado, o fraco desempenho apresentado pelas escolas nos testes em larga escala legitimaram as recomendações do Banco Mundial quanto ao estabelecimento da padronização curricular, à profissionalização dos professores e à adoção de instrumentos de controle do trabalho docente. Hoje, a publicação desses resultados continua fomentando o discurso sobre as falhas, e como resposta, “Empresas de consultorias se proliferam vendendo receitas e expertise, numa lógica simples de que se salvaram empresas da crise, salvarão as escolas” (SHIROMA, 2018, p. 95).

Em relação aos cursos de formação continuada oferecidos por meio dessa parceria, destacam-se: *Gestão para Aprendizagem*, oferecido pela empresa Elos Educacional e voltado exclusivamente a diretores e coordenadores pedagógicos; *Matemática e Didática*, ministrado pelo grupo Mathema e direcionado a docentes do 4º e 5º anos; *Programa Formar: Tecnologia na Educação a partir dos planos de aula Nova Escola (Matemática)*, curso oferecido pela empresa Sincroniza Educação; *Laboratórios de Gestão*, direcionado a gestores, com o objetivo de propiciá-los vivências e reflexões sobre a postura de liderança e apresentar estratégias de gestão – cabe dizer que a tentativa de transformar educadores em líderes é próprio do discurso gerencial (SHIROMA, 2018).

Também os coordenadores pedagógicos participaram de encontros formativos com a equipe da Nova Escola, em que se apresentou a plataforma para uso do magistério:

A Fundação Lemann, mantenedora da Associação Nova Escola, em parceria com o Google.org, braço filantrópico do Google Brasil, subsidiará o apoio a mais de um milhão de professores em todo o país, disponibilizando planos de aula alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo dessa ação visa garantir melhor qualidade no ensino e na aprendizagem. (GUARULHOS, 2018)

Compreendemos esse “subsídio pedagógico” prestado pela Lemann, em parceria com a Nova Escola e o *Google*, a partir de uma relação política e econômica mais complexa, que vem disputando o monopólio do currículo e do controle do trabalho docente das redes públicas de ensino, sendo que este monitoramento uma resposta às exigências do capitalismo de vigilância. Segundo Parra *et al.* (2018, p. 91), “Os aplicativos do *Google Suite for Education*, em especial o Google Sala de Aula, apresentam diversas ferramentas que regulam as relações de ensino e aprendizagem através de mecanismos de monitoramento de comportamentos”.

Ao final de 2019 foi publicada a nova Proposta Curricular, fruto de uma reelaboração para atender os preceitos legais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e em 2020, com a pandemia da Covid-19, a SE instituiu um curso obrigatório a docentes e gestão, gerenciado pela Fundação Vanzolini – que faturou mais de 3 milhões por esse serviço –, objetivando o alinhamento da docência ao currículo reformulado à luz da BNCC.

Cabe dizer que se por um lado essa ação remete à valorização do magistério, por outro “oculta o caráter centralizador para assegurar o alinhamento à Base e a transferência de fundos públicos para organizações privadas fornecedoras das tecnologias para monitoramento e avaliação de alunos e professores” (SHIROMA, 2018, p. 101-102). Ademais, o próprio Banco Mundial “propõe que a base curricular nacional balize tanto o ensino na educação básica quanto as reformas na formação docente, recomendação que deixa evidente o viés pragmático dessa agenda” (SHIROMA, 2018, p. 99).

O estudo concluiu que o Governo Guterres (2017-2020) rompeu com parte da política educacional implementada pelas gestões anteriores, adotando uma política de formação predominantemente instrumentalista, focada em resultados quantificáveis e em cursos voltados à imediata aplicação em sala de aula, sendo a educação tratada como um fenômeno mais técnico do que político-pedagógico, e pôs em xeque a própria soberania pedagógica da rede ao entregá-la à “mão invisível da Lemann”, em troca de um kit de consultoria “totalmente gratuito”.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Lindabel Delgado. **A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP – Gestão 2001-2004**: da construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-Pedagógico. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Políticas de educação e Sistemas Educativos) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GUARULHOS. Câmara de Guarulhos. **Ata da audiência pública realizada no dia 1º de junho de 2017 na Câmara Municipal de Guarulhos, com início às 10 horas e 2 minutos e término às 12 horas e 55 minutos**. Guarulhos, 2017.

GUARULHOS. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Coordenadores Pedagógicos participam de formação com equipe da Nova Escola**. 2018. Disponível em: <http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/site/detalhar/conteudo/1341/>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUARULHOS. Secretaria de Educação. **Memorando Circular nº 195, de 8 de novembro de 2019**. Guarulhos, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MELLO, Marinilzes Moradillo. **A questão da municipalização da educação em Guarulhos: 1997-2004**. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *et.al.* Infraestruturas, Economia e Política Informacional: o Caso do *Google Suite For Education*. **Mediações**, Londrina, v. 23. n. 1, p. 63-99, jan./abr. 2018.

PSB (Partido Socialista Brasileiro). **De Guarulhos, por Guarulhos**. [Plano de Governo do candidato à Prefeitura de Guarulhos Gustavo Henric Costa]. GUARULHOS, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In. LOMBARDI, Jose Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 1-12.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago. 2018.